



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e David Cheriegate.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A LIDERANÇA DA BANCADA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB, tendo em vista solicitação regimental desta Presidência, vem enumerar o rol dos Deputados desta Bancada, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que deverá apurar responsabilidades e causas das enchentes do Rio Paraná e seus afluentes, a ser realizada nesta augusta Casa de Leis, com duração de 90 (noventa) dias.

Membros Efetivos:

EDILSON ALENCAR

ANTÔNIO ROMERO FILHO

Membros Suplentes:

PINTO DIAS

NILSO SGUAREZI

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do próximo dia 22 deste, para que neste dia se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem à Mesa, com amparo no artigo 103, parágrafo 4.º, do Regimento Interno, a preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do Deputado Túlio Luiz Zanchet, que cria o Município de Pranchita (em Regime de Urgência).

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(aa) David Cheriegate, Túlio Zanchet, Augusto Carneiro, Mário Celso, Tadeu Lúcio Machado, Nelton Friedrich, Gilberto Carvalho, Rosário Pitelli, Nestor Baptista, Trajano Bastos, Cyro Martins, Adalberto Daros, Fuad Nacli, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Quielse Crisóstomo, Waldyr Pugliesi, Francisco Escorsin, Palácios, Tércio Albuquerque e Ezequias Losso.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 43/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI com sede e foro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas da cidade de Francisco Beltrão e serve desinteressadamente à sociedade, conforme relatório que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma, o que dispõe a legislação pertinente à matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando seja suspensa a Sessão do próximo dia 22, para que neste dia se realizem reuniões das Comissões. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet,

constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**
— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/81, de autoria do Deputado **BASÍLIO ZANUSSO**, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado **Túlio Zanchet**, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 24/80. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do Deputado **TÚLIO ZANCHET**, que cria o Município de Pranchita, com sede e divisas que especifica. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 24/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de Pranchita, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado dos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, com as seguintes divisas.

- Tomando como ponto de partida o extremo oeste da linha seca do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, onde a mesma parte, da margem direita do Rio Santo Antônio, e deste ponto, segue-se no extremo este, pela mencionada linha seca, que numa altura tem uma deflexão para a direita, e segue até a cabeceira, do Arroio Mico em confrontação com os proprietários rurais **Vitório Roveda, Germano Giongo, Lorano Fassini, Etvino Riser, Adelino Rama, herdeiros de Leonardo Giongo, Irineu Sandri, João Rides, Atílio Nodari, Valeriano Magnani, Quintílio Giongo, Olívio Milani, Arlindo Vilani, Ottasir Pazzini, Danilo Giongo, Zenir Giongo, Irineu Valdecir Petri Machado, Jordano Forma, Daniel Sagrilo, Marco Deconte, Anildo Bonet, Luizinho Magioni, Elvo Bonet e herdeiro de José Canzi.** E desta cabeceira, do Arroio Mico, seguindo-se o mesmo abaixo até sua foz no Rio Capanema, em confrontação com o Município de Pérola D'Oeste. E desta barra, seguiu-se o Rio Capanema acima em confrontação com o Município de Ampére, até a embocadura do Rio Valdomeira, e este seguiu-se acima até sua cabeceira, e desta seguiu-se por linha seca no extremo sul, confrontando com os proprietários rurais, **Alcides Geraldi e Pedro Correia.** E por outra linha seca, no extremo oeste, com **Pedro Correia, Roberto Felix Frizzo, Floriano Voiczik, João Pazza, Claudino Pazza e Gertun Bier,** assim chegou-se na cabeceira do Arroio Aurora e seguiu-se, pelo mesmo abaixo até sua foz no Rio Santo Antônio. Esta extensão da Foz do Rio Valdomeira até a do Arroio Aurora, confronta com o remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste. E da Foz do Arroio Aurora seguindo-se o Rio Santo Antônio abaixo confrontando com a República Argentina, até o

ponto de partida, na linha seca do quilômetro 24. (área total de 340.525 km².)

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1980.

(a) **TÚLIO ZANCHET.**

JUSTIFICATIVA:

O sudoeste paranaense vem apresentando considerável surto desenvolvimentista graças à riqueza de suas terras bem da garra e fibra da sua laboriosa população, que não descança em busca do progresso do nosso Estado e da Nação brasileira. Esse desenvolvimento vem ocasionando o crescimento dos mais elevados na agricultura, com consequências nos demais setores sócio-econômico, político e cultural.

Nesta situação é que se apresenta o atual Distrito de Pranchita no Município de Santo Antônio do Sudoeste, pleiteando a sua emancipação, para que o seu crescimento não venha a sofrer solução de continuidade. O anseio da sua laboriosa e ordeira população está a exigir que a sua comunidade possa, através da sua independência municipal, continuar a desenvolver e com isso colaborar na continuidade do progresso de nosso Estado e de nosso País.

A documentação que anexamos ao processo, comprova o preenchimento das condições para que aquela comunidade possa ser elevada à categoria de município.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 24/80

PARECER

Retorna a esta Comissão de Justiça, para fins de reexame, o Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do nobre Deputado **TÚLIO ZANCHET**, que tem por finalidade a criação do Município de Pranchita, com território desmembrado dos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, com divisas que especifica e sede na localidade do mesmo nome.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, houve resposta maciça de sua população, que ocorreu às urnas para expressar sua aprovação à criação daquela comuna.

O resultado de tal votação bem caracteriza o desejo da população do Distrito de Pranchita em transformar-se numa nova comuna paranaense e assim prosseguir na sua contribuição em prol do crescimento do Estado do Paraná.

Com isso, foram cumpridas as formalidades legais e regimentais e nestas condições o processo deverá baixar à deliberação do Plenário para merecer a sua aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se pela **APROVAÇÃO.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) **PAULO CAMARGO**, Presidente,

JURANDIR MESSIAS, Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado **Luiz Alberto de Oliveira**, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia e o encaminhamento à C.C.J., do Projeto de Lei n.º 24/80. — **Prejudicado, na forma do Art. 110 do Regimento Interno.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/80, de autoria do Deputado **EGON PUDELL**, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI”, com sede no Loteamento Tarumã, Cidade de Toledo. Parecer **FAVORÁVEL** da

C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que altera o Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981. (Sobre transferência de área dos municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Chopinzinho, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Sede Sulina. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Chopinzinho, para fins de consulta à sua população sobre a criação do Município de Sede Sulina:

“Inicia-se — parte de Oeste a Leste — do marco denominado zero, em linha sece até o rio denominado Queixo D’Antas, desce por este até o rio denominado Iguaçu, desce pelo Rio Iguaçu até encontrar o Porto São Paulo, segue daí em linha seca, no sentido de Norte a Sul, obedecendo a linha que divide as glebas Chopim e Chopinzinho, passando pela cabeceira do Rio Ouro, até encontrar o marco denominado zero, ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO — Relator

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 01/82

De autoria do nobre Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, o presente projeto de lei tem por finalidade a criação do Município de Sulina, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Neste exame preliminar, opinamos que o presente projeto seja transformado em consulta à população local a fim de que a mesma se pronuncie sobre tal criação.

Assim sendo, o nosso Parecer é favorável à consulta plebiscitária, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos, para posteriormente examinarmos mais detalhadamente a matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

GABRIEL SAMPAIO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS”, com foro em Entre Rios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa reconhecer o magnífico e exemplar trabalho que desenvolvem o dinâmico MATIAS LEH, bem como os seus ilustres companheiros de Diretoria e membros da Associação de Educação Agrícola Entre Rios, Município de Guarapuava.

O documento referente ao histórico e atividades - que se integra esta justificativa - bem demonstra a importância da entidade no contexto social em que está inserida.

Assim, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares na aprovação do projeto ora proposto, que, esperamos seja transformado em lei pela sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

A documentação que anexamos ao processo, comprova o preenchimento das condições para que aquela comunidade possa ser elevada à categoria de município.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 167/81

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Educação Agrícola Entre Rios”, com sede em Entre Rios.

Reveste-se o projeto de todas as formalidades regimentais e legais, estando em condições de tramitar pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o BANCO DE OLHOS DE CURITIBA — BOC, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 168/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o BANCO DE OLHOS DE CURITIBA — BOC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Visa o plano de lei em tela, o reconhecimento do importante e altruístico trabalho que o Banco de Olhos de Curitiba, dinamicamente presidido pela Dra. Saly M. B. Moreira, vem desenvolvendo em nossa Capital, conforme o incluso relatório que integra a esta justificativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 168/81

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, declarar de utilidade pública o BANCO DE OLHOS DE CURITIBA – BOC, com sede nesta Capital.

Preenchidas que foram as formalidades regimentais e legais, inexistem óbices à normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

JURANDIR MESSIAS – Relator

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Delegacia Regional do Banco Nacional de Habitação, consubstanciado em pedido de informações, sobre o número de conjuntos habitacionais que foram construídos na cidade de Londrina e diversos itens.

Está em votação a decisão da Mesa em não receber o referido requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

9 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 06/79, 82, 85, 102, 106, 113, 116, 121, 126, 127, 136, 141, 150 e 155/81.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.º 02/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 24/80, 167 e 168/81.

Levanta-se a Sessão.

ATA DE COMISSÃO:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NONA LEGISLATURA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e dois, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, com as presenças dos Srs. Deputados José Domingos, José Tavares, Mário Celso e Nestor Baptista, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado José Domingos. Verificado o quorum regimental, o Sr. Presidente disse da finalidade da reunião, ou seja, a eleição do Presidente e Vice-Presidente para a Quarta Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Livre a palavra, Pela Ordem o Sr. Deputado Mário Celso formulou proposição no sentido da reeleição dos Srs. Deputados José Tavares e José Domingos, respectivamente para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Em suas considerações alinhou o dinamismo e a eficiência que ambos demonstraram naqueles cargos, nas Sessões Legislativas anteriores. Em seguida, o Sr. Deputado Nestor Baptista solicitou a palavra, congratulando-se com a proposição do Sr. Deputado Mário Celso e manifestando a sua posição favorável. Na ocasião, destacou o conhecimento que os mesmos possuem sobre os assuntos afetos à área da segurança pública. Na sequência, a palavra foi deixada livre para novas indicações e outras considerações. Como ninguém usasse daquela faculdade, a Presidência colocou em votação a proposição do Sr. Deputado Mário Celso, a qual foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Deputado José Domingos agradeceu as palavras desvanecedoras formuladas por aqueles Deputados e convidou o Sr. Deputado José Tavares para assumir a Presidência. Assumindo o cargo, o Sr. Deputado José Tavares agradeceu a confiança que novamente lhe era depositada e as referências gratificantes manifestadas na reunião de hoje. Finalizou dizendo que se algum êxito foi alcançado, deve-se ao alto espírito público dos Membros e Suplentes da Comissão, pedra angular para o sucesso de qualquer empreitada humana. Continuando, foi escolhido o nome do funcionário João Alberti Andretta para as funções de Secretário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião e para que produza os efeitos legais, foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros da Comissão e por mim, João Alberti Andretta, Secretário da Comissão.